Taxa de câmbio

No fundo, é uma decisão das urnas

Felippe Serigati*

A TAXA de câmbio é um dos preços mais importantes de uma economia. É persistentemente um tema central nos debates entre analistas e economistas. As discussões são intermináveis e os consensos são raros. Entidades de classe, sindicatos e demais organizações da sociedade civil com frequência também emitem suas opiniões a respeito dessa variável.

Com exceção de dois períodos (final de 2008 e início de 2012), desde 2004, o real tem se apreciado frente ao dólar norte-americano. Esse movimento de apreciação é resultado do significativo crescimento econômico observado nos últimos oito anos e da falta de poupança doméstica, fazendo com que, para financiar a expansão da economia brasileira, seja necessário captar poupança externa. Ao fazê-lo, aumentamos a oferta de dólar na economia, o que torna a moeda norte-americana mais barata e o real mais caro.

Exportadores e industriais se sentem desconfortáveis com esse patamar cambial; no entanto, esta é uma característica estrutural da economia nacional: a sociedade brasileira (famílias e governos) poupam pouco e, toda vez que a economia tenta crescer, é necessário apropriar-se da poupança externa para financiar essa expansão. As famílias poupam pouco, pois há clara preferência por consumir mais no presente do que ter maior conforto no futuro. O governo gasta muito, deixando reduzido espaço no orçamento para investimentos, porque há uma pressão da sociedade para manter esses gastos.

Essas preferências não vão mudar no médio prazo; a sociedade brasileira não tem o perfil das nações orientais, que poupam bastante. Os brasileiros querem ter um padrão de consumo melhor, mesmo que isso não caiba em seu orçamento. As urnas eleitorais sinalizam esta preferência para os governos: as famílias brasileiras querem ter um estado de bem-estar social mais sofisticado, mesmo que isso não caiba no tamanho da nossa economia, ou que, para caber, seja necessário comprometer os investimentos e reduzir as perspectivas para as próximas gerações.

A sociedade brasileira, há tempos, tem sinalizado que quer aposentadorias maiores, mesmo sem a equivalente contrapartida nas contribuições previdenciárias; políticas sociais cada vez mais generosas; seguro-desemprego que garanta conforto ao desempregado; maior lista de remédios gratuitamente distribuídos; setor público com funcionários bem remunerados e com benefícios inacessíveis ao setor privado; educação gratuita e com acesso universal, em todos os níveis, mas principalmente no ensino superior, etc. Todas essas demandas são mais do que razoáveis, mas será que realmente cabe na economia brasileira, uma economia ainda emergente e de renda mediana para padrões internacionais? Será que a sociedade brasileira tem produzido um volume de riqueza suficiente para atender a todas estas demandas, sem que, para financiá-las, tenha-se que comprometer os recursos destinados às próximas gerações, ou seja, os investimentos? Se isso é possível, por que nenhum outro país de renda mediana oferece a mesma estrutura de bem-estar social? Será que corrigir problemas de corrupção e ineficiência do setor público é condição suficiente para gerar recursos que financiem tais gastos? E, enquanto estes problemas não são resolvidos, esses gastos devem ser mantidos, na esperança de que, no futuro, de alguma forma, a conta seja paga?

No final das contas, no médio e no longo prazo, a taxa de câmbio reflete as preferências da população entre maior conforto no presente ou maior bem-estar no futuro. Essa decisão não deve ser feita por qualquer analista ou conjunto de burocratas; é uma escolha legítima da população, que manifestará esta decisão na urna, ao escolher programas de governo, e na alocação do seu orçamento doméstico. Aos analistas, cabe apenas dizer quais são as consequências de cada alternativa. A palavra final é do cidadão.

Aos exportadores e industriais que não se sentem confortáveis com o atual patamar cambial, não haverá muitas alternativas. A taxa de câmbio brasileira permanecerá mais apreciada que a de seus pares emergentes por um longo período. É uma demanda da sociedade. A chegada dos recursos do pré-sal irá reforçar essa tendência e, se bem utilizados, podem ser finalmente a fonte de financiamento para os investimentos. Todavia, a mensagem é clara: a economia brasileira terá que aprender a lidar com uma moeda forte. Essa característica do real veio para ficar. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)